

A saúde pública e a saúde ambiental em Portugal. Um caminho longo e paralelo

La salud pública y la salud ambiental en Portugal. Un camino largo y paralelo

Public Health and Environmental Health in Portugal. A long and parallel path

Mário Durval.

Assistente graduado sénior de saúde pública.
Correio e.: mariodurval@sapo.pt

A saúde pública portuguesa tem, ao longo dos anos, atribuído grande importância à saúde ambiental. Data de 1756 a publicação do primeiro tratado de saúde pública, a nível mundial, escrito pelo médico português Ribeiro Sanches, intitulado “*Tratado da Conservação da Saúde dos Povos*” onde a maior parte dos capítulos é dedicada às relações entre o ambiente e a saúde, com particular destaque para o ar, a água e a higiene coletiva.

Outros marcos da saúde pública em Portugal estão intimamente ligados a homens de ação que compreenderam a importância da relação entre um ambiente saudável e a saúde individual e coletiva. O combate a epidemias e a sua prevenção trouxeram sempre à luz do dia, em Portugal, grandes combatentes pela higiene ambiental e o controlo de vetores que conseguiram aliar os seus conhecimentos médicos a uma pesquisa das causas e contextos das doenças epidémicas. Munidos de métodos epidemiológicos, conseguem verter para a letra das leis medidas de defesa das populações, não só por se imporem medidas de proteção em algumas atividades comerciais e industriais, mas sobretudo porque ligaram esta diferenciação técnica ao poder da autoridade de saúde, como emanção do poder de estado, mas sem o controlo político expresso. A autoridade de saúde em Portugal, tem autonomia e a sua ação depende, em primeiro lugar da análise e decisão técnica.

Foi exemplar o caso de Ricardo Jorge, que a partir duma epidemia de peste no Porto lançou um trabalho de saneamento na cidade e desenvolveu posteriormente a legislação da autoridade de saúde a nível nacional. Também Arnaldo Sampaio e Gonçalves Ferreira desenvolveram a saúde ambiental e apoiaram a criação da carreira de agentes sanitários, como apoios no terreno às autoridades de saúde, cujo curso acabou por evoluir para as atuais licenciaturas em Saúde Ambiental. Promoveram ainda a criação de engenheiros sanitaristas. Foi esta base técnica dos serviços de saúde pública que permitiu que em 1975 fosse controlada uma epidemia de cólera que

assolou o sul da Europa e que não se fez sentir em Portugal, devido a uma gigantesca intervenção na desinfeção da água de abastecimento.

Estas raízes desenvolveram, em Portugal uma saúde pública virada para a ação, com uma visão muito assente na importância da saúde ambiental, que no entanto, permitiu evoluir para os novos desafios ambientais, dominados que foram os principais problemas de higiene pública. São sobretudo os novos licenciados em saúde ambiental que estão a abrir o caminho para os desafios que são colocados pelas novas circunstâncias de vida e trabalho, as múltiplas substâncias e condições físicas que interferem entre si e que afetam a saúde das populações. Estas circunstâncias exigem um trabalho enorme de investigação epidemiológica e bioquímica que dê apoio à atuação da saúde pública e possa sustentar tomadas de posição mais restritivas das autoridades de saúde.

No entanto, nos últimos anos, nem sempre as raízes históricas e o modelo de intervenção foram respeitados e temos assistido a um empobrecimento da saúde pública. A face mais visível desta situação é o quase desaparecimento de candidatos à especialidade de médicos de saúde pública. Contribuíram sobretudo para esta situação a financeirização dos serviços de saúde e a perda de intervenção na administração de saúde e na administração dos serviços de saúde por parte dos médicos de saúde pública. Naturalmente, que os custos desta transformação ainda estão no início da cobrança. Por um lado, com agravamento dos indicadores de saúde da população e por outro, com uma distorção na distribuição dos investimentos com uma eficiência diminuída.

Assiste-se ainda a uma tentativa de atribuir instrumentos/funções, habitualmente utilizadas pela autoridade de saúde, a forças policiais e outros departamentos, mais controláveis pelo poder e pela burocracia, visto que a defesa da saúde das populações nem sempre é um assunto pacífico para os vários interesses em confronto.

Pretende-se, neste caso, diminuir a importância da saúde ambiental nos serviços de saúde pública, rebaixando a capacidade de ação e intervenção da saúde pública e em particular através da desvalorização da autoridade de saúde.

Estamos num momento crítico, em que se exige clareza sobre os interesses em jogo, para conseguirmos pôr nos carris o comboio da saúde pública portuguesa. Por um lado estão os interesses financeiros que apenas veem na saúde uma oportunidade de negócio e de lucro, temos ainda vários interesses corporativos e de grupo de mais pequena dimensão, alguns contraditórios, mas que podem assumir papel relevante nas tomadas de posição nas políticas públicas de saúde e por fim temos os interesses relacionados com a defesa da saúde das populações. Estou certo que mais uma vez a saúde pública portuguesa saberá encaminhar-se para a defesa destes interesses, mantendo os valores que sempre a nortearam: disponibilidade, isenção e protagonismo na ação na defesa das pessoas e da promoção da sua saúde.